CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino vê ‘um só sistema delitivo’ entre Dark Horse e atos ligados ao PCC

Fonte original: ICL Notícias. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ICL Notícias (iclnoticias.com.br)
Autor	Bia Abramo
Data de publicação	10/09/2026 12:29
URL original	https://iclnoticias.com.br/dino-um-so-sistema-delitivo-dark-horse-e-pcc/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Mário Frias
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Fastfuture Tecnologias Emergentes, Academia Nacional de Cultura (ANC)
Data da coleta	29/09/2026 10:22
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 04:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A Make One Tecnologia Digital recebeu R$ 16,97 milhões; a Complexsys, R$ 7,8 milhões; a Fastfuture, R$ 5,55 milhões; e a Ultra IP, R$ 4,4 milhões.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



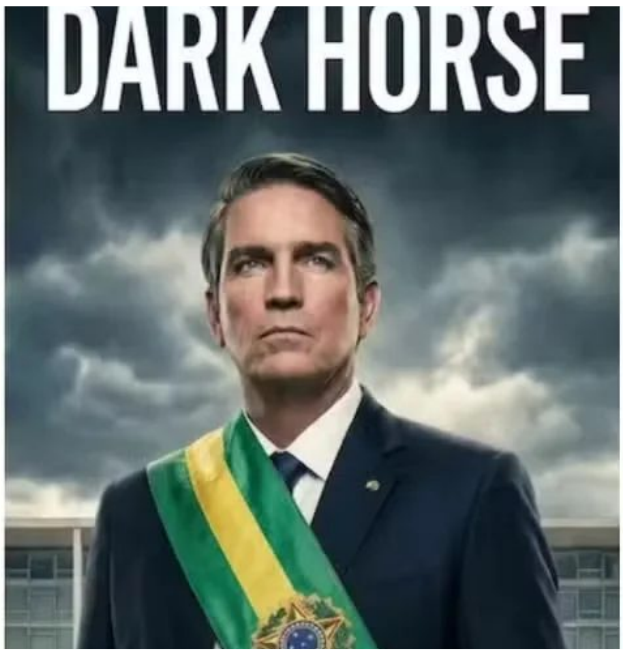

Imagem: reprodução / ICL Notícias

RESUMO

Por Cleber Lourenço A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a operação deflagrada nesta quinta-feira (10) contra suspeitas de desvios de recursos públicos no núcleo ligado ao caso Dark Horse, aponta indícios de “um só sistema delitivo” envolvendo emendas parlamentares federais e atos relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC). É nesse contexto que o ministro aponta indícios de “um só sistema delitivo” e registra a existência de atos relacionados ao PCC.

Por Cleber Lourenço

A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a operação deflagrada nesta quinta-feira (10) contra suspeitas de desvios de recursos públicos no núcleo ligado ao caso Dark Horse, aponta indícios de “um só sistema delitivo” envolvendo emendas parlamentares federais e atos relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

“Friso que há indícios de que se cuida de um só sistema delitivo, alimentado inclusive por emendas parlamentares federais, além da menção a atos interligados até com a facção criminosa PCC”, afirma Dino na decisão.

A referência ao PCC surge na investigação sobre recursos movimentados pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido por Karina Gama, produtora ligada a Dark Horse, filme sobre Jair Bolsonaro. Segundo a Polícia Federal, o ICB aparece como o “principal captador de recursos da rede investigada” e distribuiu dinheiro a um grupo de empresas que se repetem nas comunicações de inteligência financeira.

Entre elas está a Favela Conectada Serviço e Tecnologia, atual Urban Connect. A empresa recebeu R$ 7,87 milhões e foi contratada pelo ICB para prestar serviços no projeto de internet gratuita da Prefeitura de São Paulo.

Ex-sócio é apontado como membro relevante do PCC

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Segundo a decisão, Alex Leandro Bispo dos Santos foi o único sócio da Favela Conectada desde sua fundação, em agosto de 2020, até janeiro deste ano, quando transferiu a integralidade da empresa para sua companheira.

O documento registra que, segundo informações atribuídas a órgãos de inteligência policial, Alex seria "membro relevante da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) no estado".

A decisão também informa que ele havia sido preso em fevereiro sob acusação de feminicídio e foi solto em agosto. A eventual participação de Alex no PCC é apresentada no documento como informação atribuída a órgãos de inteligência, e não como conclusão judicial.

A empresa foi criada como ALBS Consultoria Empresarial, mudou o nome para Favela Conectada em setembro de 2024 e, em agosto de 2025, tornou-se Urban Connect Serviços e Tecnologia.

Contrato de R$ 12 milhões apresentou inconsistências

Em fevereiro de 2025, a empresa pediu à instituição financeira aumento do limite para transferências, alegando que começaria a receber recursos de um contrato com o ICB para o WiFi Livre SP. O negócio era de R$ 12 milhões.

A instituição encontrou inconsistências nos documentos apresentados. A primeira versão do contrato tinha assinatura simples, não apresentava data e não permitia verificar sua autenticidade.

Após questionamentos, a empresa entregou outra versão, com firmas reconhecidas e assinaturas das partes. Ainda assim, segundo a investigação, não estava claro como havia sido calculado o valor contratado.

No dia seguinte ao pedido de aumento do limite, a empresa recebeu R$ 611.111 do ICB. Em abril, entraram outros R$ 666.666,67. Nove dias após essa segunda transferência, a Urban Connect enviou R$ 250 mil para a Ultra IP Tecnologia e Serviços, outra empresa que aparece entre as principais destinatárias de recursos identificadas pela PF.

Recursos vieram principalmente da Prefeitura de São Paulo

O ICB mantinha contrato com a Prefeitura de São Paulo para implantação e manutenção de pontos gratuitos de internet em regiões periféricas. O projeto tinha valor inicialmente estimado em R$ 108 milhões e foi posteriormente ampliado por aditivos.

A análise financeira citada na decisão aponta que os recursos recebidos pelo instituto eram predominantemente oriundos da Prefeitura e depois distribuídos a um grupo de empresas.

Em um dos conjuntos de movimentações, o ICB aparece recebendo R$ 24,59 milhões. A Make One Tecnologia Digital recebeu R$ 16,97 milhões; a Complexsys, R$ 7,8 milhões; a Fastfuture, R$ 5,55 milhões; e a Ultra IP, R$ 4,4 milhões. Em outra parte da análise, a Favela Conectada aparece com R$ 7,87 milhões.

A investigação sobre esses contratos municipais foi conectada à apuração de emendas parlamentares destinadas ao ICB e à Academia Nacional de Cultura (ANC), ambas presididas por Karina Gama.

A operação autorizada por Dino nesta quinta atingiu o deputado federal Mario Frias (PL-SP), Karina e outros investigados. A PF apura suspeitas de desvios de recursos públicos, fraudes contratuais, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Ao manter as frentes da investigação reunidas, Dino considerou que a possível ligação entre os fatos pode dar ao caso dimensão interestadual e justificar a atuação da Polícia Federal. É nesse contexto que o ministro aponta indícios de “um só sistema delitivo” e registra a existência de atos relacionados ao PCC.

#dino

Fonte original: https://iclnoticias.com.br/dino-um-so-sistema-delitivo-dark-horse-e-pcc/ · Coletado em 29/09/2026 10:22 · Gerado em 28/11/2026 00:02

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.